

CEBI - P. I. B
DATA 14/12/84
CCC KOD 00030

RESERVAS EXTRATIVISTAS
PROTEÇÃO DO RELACIONAMENTO HOMEM-NATUREZA NA AMAZÔNIA

Mary Helena Allegretti
Instituto de Estudos Amazônicos

No mesmo dia em que a nova Constituição, no Brasil, decidiu que a Floresta Amazônica é patrimônio nacional, sujeita, portanto, a legislação especial de proteção, dois seringueiros de Xapuri, Acre, foram baleados no acampamento que realizavam em protesto contra um desmatamento que estava ocorrendo no Seringal Equador, área de floresta nativa repleta de castanheiras e seringueiras. Argumentando pela ilegalidade do ato, o Instituto de Estudos Amazônicos (IEA) entrou na justiça solicitando a paralização do desmatamento e a realização, no local, de uma perícia técnica para confirmação das irregularidades e punição dos responsáveis. Nem o movimento dos seringueiros, nem a ação legal, impediram que 49 hectares de floresta fossem ao chão. O processo, na justiça, vai continuar. O movimento dos seringueiros, também. O que precisa ser feito para evitar o mesmo resultado nas próximas vezes? O verão de 88 está começando. Não podemos permitir a repetição das grandes queimadas que no ano passado incendiaram a floresta amazônica.

O movimento dos seringueiros da Amazônia, e a proposta de criação de Reservas Extrativistas, tem hoje uma presença marcante nas discussões que envolvem o futuro das florestas tropicais do mundo. E existem claras razões para isso: 1) trata-se de um grupo social que depende da floresta para

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO SP

viver e que é diretamente afetado por uma política governamental que incentiva os desmatamentos; 2) é um grupo social que reage diante dessa política através de ações concretas, todos os anos, procurando impedir os desmatamentos nas áreas onde vivem; 3) a proposta que apresenta tem relevância econômica, social e ambiental podendo ser apresentada como alternativa para o desenvolvimento regional; 4) a idéia de se defender a Amazônia em conjunto com as populações que vivem lá é eticamente forte e politicamente criativa.

O campo no qual essa proposta se desenvolve, porém, é extremamente tenso e conflituoso porque se dá no centro de uma disputa por alternativas opostas de utilização dos recursos naturais. Para os seringueiros, importa a conservação e o desenvolvimento da floresta. Para o governo, a floresta deve dar lugar a obras de infra-estrutura, projetos agropecuários, de mineração ou de assentamento de colonos. Empresários se beneficiam de incentivos fiscais e se implantam na região, em áreas ocupadas por tradicionais moradores. Essa é uma disputa e uma guerra. É preciso entender como ela ocorre, qual seu significado e quais as alternativas existentes. Minha exposição vai abordar esses aspectos.

Antes, porém, gostaria de fazer uma observação. Penso que não foi exatamente para fazer um diagnóstico da situação atual da proteção ambiental na Amazônia que viemos aqui.

Todos aqui dominam essa informação. O importante, me parece, é conseguir transmitir a avaliação que fazemos e as perspectivas que existem de modificação do quadro atual. Porque esse é o nosso trabalho: interferir na realidade.

1. O valor da floresta

As taxas de desmatamento, na última década, na Amazônia, são um importante indicador e classificador de dois tempos históricos contrários um ao outro, orientados por conceitos opostos com relação aos recursos naturais. No passado, especialmente durante o período de exploração da borracha e da castanha, a fonte principal da riqueza era a floresta e tudo se fez para conservá-la. Hoje, esse conjunto se desmembrou em várias partes e cada uma delas passou a ser fonte de valor por si mesma: a terra, os minerais, as espécies raras e valorizadas de madeira. O uso destes recursos requer o desmate da floresta. Assim, de riqueza, a mata se tornou um impecilho.

Esta análise permite uma observação: enquanto a floresta era o recurso produtivo fundamental na economia regional ela foi conservada, porque disso dependia a manutenção das atividades econômicas e da vida social. Viabilizar o desenvolvimento racional da região, com base no aproveitamento de suas riquezas, significaria manter o mesmo princípio no tempo - a floresta intacta teria que gerar mais valor do que o obtido com a sua derrubada.

A compreensão desses pressupostos e sua aplicação ao meio-ambiente poderia resultar, no caso da Amazônia, em uma política de valorização da floresta contrária à que existe hoje que a entende como impecilho a incentiva atividades e tecnologias que a destroem.

Dois caminhos complementares podem ser utilizados para se chegar a essa política: 1) através da demonstração científica da riqueza existente na floresta e das tecnologias disponíveis para uma exploração rentável e sustentável; 2) através da pressão social de grupos interessados na manutenção e exploração racional da floresta.

Ambos, no entanto, apresentam grandes dificuldades. Cientistas não influenciam políticos e as regras que orientam as decisões políticas estão fora do controle dos pesquisadores. Além disso, poucos são os grupos sociais interessados na exploração sustentável da floresta e restrito é o poder de influência que detêm.

Esse raciocínio, no entanto, pode levar à descoberta de uma situação-chave para o equacionamento de alternativas ao desmatamento na Amazônia: trata-se de identificar aqueles setores para os quais o valor da floresta intacta é alto o suficiente para evitar que a derrubem. São os que dependem da floresta para sobreviver aqueles que têm interesse direto na sua conservação. Estão nesta condição as populações regionais que extraem produtos da mata tais como os

seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, assim como os grupos indígenas.

Muitos são os problemas para que essa situação possa ser considerada como ponto de partida para uma nova política de valorização da floresta. Essa população tem pequeno significado econômico e demográfico, mora de forma dispersa em toda a região, é pobre e desorganizada frente aos seus interesses mais imediatos. Além disso, parte significativa vive, ainda hoje, em situação de grande exploração e coerção através do mecanismo de endividamento típico do sistema de comercialização regional - o aviação.

Um movimento social originado entre segmentos destes grupos, na Amazônia Ocidental, veio mudar esse quadro de forma significativa. Ameaçados pelos crescentes desmatamentos, organizados em sindicatos rurais e fundamentando-se na legislação que assegura direitos de posse, seringueiros do Acre iniciaram, em fins da década de 70, um movimento visando impedir sua expulsão da floresta e a transformação da mata em pastagens.

Da aliança entre esse movimento e pesquisadores envolvidos com o estudo da vida regional tradicional, surgiu uma proposta visando a garantia das áreas de floresta tradicionalmente ocupadas pelos seringueiros. Denominada de Reserva Extrativista a proposta visa a regularização fundiária de áreas historicamente ocupadas por grupos sociais que utilizam produtos florestais para subsistência e

comercialização, de forma compatível com as características de ecossistemas amazônicos e de acordo com padrões tradicionais de uso.

2. O movimento social dos seringueiros e as Reservas Extrativistas

Em termos preliminares define-se Reserva Extrativista como sendo uma área historicamente ocupada por populações que utilizam-se de produtos florestais para subsistência e comercialização de forma compatível com as características do ecossistema amazônico. A criação de uma Reserva Extrativista significa a legalização dessas áreas através da compatibilização entre uma forma específica de utilização dos recursos naturais com as regras existentes de regularização da propriedade.

A idéia partiu dos seringueiros da Amazônia como resultado da análise comparada de dois processos: o das sociedades indígenas e o da colonização. Da mesma forma como os índios têm áreas asseguradas por lei para seu uso exclusivo, os seringueiros entendem que também poderiam dispor de áreas semelhantes reservadas ao exercício de suas atividades. Definindo a colonização como divisão das terras entendem que essa alternativa de organização do espaço, em função do tamanho e da forma institucional que geralmente assume, torna incompatível a utilização da floresta tal como vem sendo feita atualmente.

Os seringueiros tem sido enfáticos com relação à incompatibilidade entre o uso extrativista da floresta e o parcelamento em lotes individuais, de acordo com módulos regionais de até 100 hectares. As tentativas de transformar o seringueiro em colono, faliram. É preciso ter em mente que a unidade de produção no seringal, a "colocação" é uma unidade diversificada na qual combinam-se atividades agrícolas, extrativas, coletoras, com caça, pesca, criação de animais domésticos, configurando um espaço cuja lógica não pode ser traducida em linhas delimitadas rigidamente. As "colocações" estão entrelaçadas entre si através das estradas de seringa. Isso não quer dizer que não existam domínios familiares definidos. Existem e sempre são respeitados. Mas não podem ser quebrados ou o sistema se torna inviável.

A reivindicação pela criação das Reservas Extrativistas foi o ápice de um movimento que se originou em torno da defesa das "colocações" ameaçadas pelos desmatamentos e pelas expulsões visando a implantação de projetos agropecuários.

Em várias partes da Amazônia, desde fins da década de 70, os seringueiros vêm desenvolvendo formas variadas de organização e defesa da mata. O Acre é uma das áreas nas quais esse movimento mais se fortaleceu nos últimos anos. Isso porque predomina, hoje, naquela região, a produção autônoma de borracha, ou seja, independente do tradicional

sistema de aviação e endividamento que predomina na maior parte da Amazônia. Os seringueiros autônomos comercializam sua produção com maior liberdade e em função disso, apresentam maior potencial de organização.

Mas um fato foi decisivo nesse processo: o reconhecimento dos direitos de posse que têm os seringueiros sobre a floresta. Vivendo há décadas em áreas não exploradas por outras pessoas, os seringueiros têm direitos adquiridos sobre estas áreas. Ameaçados pelos desmatamentos, os seringueiros começam a buscar formas comuns de solução.

Os movimentos isolados começaram a se conectar em 1985 quando foi organizado o primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros da Amazônia. Nessa ocasião, pela primeira vez em cem anos de extrativismo na Amazônia, eles puderam demonstrar para a sociedade brasileira as características de seu modo de vida e reivindicar o direito às políticas públicas.

Até meados do ano passado a idéia dos seringueiros não tinha, ainda, expressão oficial. Por iniciativa do Conselho Nacional, uma série de reuniões foram realizadas em Brasília nos órgãos públicos responsáveis pela política de desenvolvimento para a Amazônia. O INCRA (hoje extinto) responsável pela reforma agrária criou um Grupo de Trabalho que transformou a proposta dos seringueiros em uma modalidade de reforma agrária, própria à região amazônica. Denominada de Projeto de Assentamento Extrativista,

(Portaria 627 de 30 de junho de 1987) a proposta passou a ser implantada pelos governos locais.

Hoje existem iniciativas de implantação de Reservas Extrativistas em Rondônia, Acre, Amazonas e Amapá, totalizando aproximadamente 1.116 mil hectares em 11 unidades. Em algumas, a iniciativa é unicamente governamental; em outras, de forma articulada com o CNS. E existem áreas ainda não desapropriadas, nas quais os seringueiros controlam os recursos e decidiram de forma independente considerá-las como áreas de Reserva.

Regularizar as áreas ocupadas pelos seringueiros e implantar nelas programas econômicos e sociais pode significar uma mudança na forma atual de exploração dos recursos naturais na Amazônia, uma vez que implica na valorização da floresta e de uma relação apropriada entre homem e natureza. O impacto sobre o modelo atual de desenvolvimento regional pode ser avaliado a partir de alguns pontos, como os que seguem:

a) As Reservas Extrativistas poderão minimizar a migração para as cidades fixando a população na zona rural, através da melhoria de suas condições de vida e da oferta de novas oportunidades de trabalho.

b) A implantação destas unidades apresenta vantagens financeiras pelo fato do custo de reprodução das populações que vivem na floresta ser mais baixo do que o daquelas que estão em projetos de colonização. Fatores que interfere nessa avaliação: a alimentação que utilizam vem predominantemente da floresta; a infra-estrutura necessária à produção é simples e barata; os custos dos programas sociais são baixos em função da demanda não ser sofisticada; não usam insumos industrializados para as atividades produtivas; apresentam um baixo nível de consumo de produtos industriais; utilizam materiais oriundos da própria floresta para construção de habitações, para o tratamento das doenças e para confecção de utensílios; utilizam-se de meios de transporte baratos como pequenas embarcações ou animais de carga, movidos a força humana.

c) As chances de sucesso desse programa são maiores do que aqueles implantados de cima para baixo por órgãos governamentais, uma vez que ele só se tornará viável com a participação direta da comunidade em sua gestão. Não se pode esquecer do fato de que nas áreas nas quais as Reservas Extrativistas serão implantadas já existem formas consolidadas de organização que surgiram e se consolidaram independentemente da presença do poder público.

d) É uma proposta que apresenta caráter totalizador e integrador porque considera todos os aspectos da realidade:

social (ao evitar as migrações), econômico (ao valorizar a floresta), ambiental (ao proporcionar desenvolvimento sustentável) e legal (ao reconhecer direitos históricos de posse).

e) Garante formas mais adequadas de exploração da floresta na medida em que se fundamenta em um mecanismo endógeno de proteção - o fato da floresta se constituir em um recurso produtivo para aqueles que vivem dela.

f) Aumenta o número de áreas protegidas no país, assim como a segurança de que nelas não se dará uma exploração inadequada dos recursos naturais.

As primeiras unidades, em implantação, poderão desencadear a curto prazo, um campo de pesquisa aplicada às relações entre o homem e o ambiente e às características de uso e manejo de recursos florestais por populações amazônicas.

3. CONCLUSÃO

A modificação na atual forma de exploração da Amazônia requer, na nossa opinião, uma aliança entre ambientalistas, pesquisadores, profissionais da comunicação, advogados, especialistas em recursos naturais, profissionais de áreas

multidisciplinares com essa população que vive na mata e que luta por preservá-la. Ações legais de defesa da floresta que acompanham o movimento dos "empates" feitos pelos seringueiros pode ter efeito sobre a melhor aplicação da legislação.

Mas esse não é único campo possível de ação. Existe outro que me parece fundamental que está relacionado com o desenvolvimento de novas tecnologias apropriadas à exploração da floresta sem sua destruição. Esse é o campo de ação que a implantação das Reservas Extrativistas vai assegurar. Esse é o desafio principal. É preciso criar condições de valorização da floresta em pé. É preciso criar uma mentalidade de consumo que escolha aqueles produtos que vêm de áreas conservadas e não os que se originam da destruição da floresta.

A solução não está pronta. Ela está sendo criada. Mas as condições necessárias para a modificação do quadro atual existem. Desde que sejam entendidas como um programa com competências específicas a ser desencadeado por todos nós.